

## O ETHOS NEOLIBERAL E A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DE CONTROLE

Eduardo Seixas Migowski<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente texto é uma versão resumida do último capítulo da minha tese de mestrado, intitulado *O Governo das Multidões: população e poder em Michel Foucault*, defendida em 2013. O objetivo, ao escrevê-la, era entender como os dispositivos de poder se transformam ao longo do tempo. Esse capítulo, que ora apresento, dedica-se ao estudo das implicações éticas do neoliberalismo americano, formulado pela Escola de Chicago, e a formação da chamada Sociedade de Controle.

**Palavra-chave:** Neoliberalismo, ética, Sociedade de Controle, Foucault.

### ABSTRACT

This text is a short version of the last chapter of my master's thesis, entitled *The Government of Crowds: population and power in Michel Foucault*, defended in 2013. The goal, to write it, was to understand how the systems of power are transformed over time. This chapter, which sometimes present, is dedicated to the study of the ethical implications of American neo-liberalism, formulated by the Chicago School, and the training of the Call Control Society.

**Keywords:** Neoliberalism, ethics, Control Society, Foucault.

### Novos saberes: Neoliberalismo e o novo espírito do capitalismo

O geógrafo David Harvey afirmou que os anos 1978/1979 serão lembrados pela próxima geração como um momento de ruptura, no qual finalmente a escola neoliberal passou ao primeiro plano nos programas de governos ao redor do mundo. Foi nesse momento que Deng Xioping começou o processo de abertura econômica na China; que Paul Volcker assumiu o banco central americano e que Margaret Thatcher foi eleita Primeira Ministra na Inglaterra. Pouco antes, o Chile havia visto a adoção de políticas neoliberais com o General Augusto Pinochet e, um pouco depois, Ronald Reagan assumiria o poder nos EUA e também governaria guiado pela cartilha dos neoliberais (HARVEY, 2005).

O neoliberalismo, contudo, não surgiu nos anos 1970. Na verdade desde a crise de 1929, quando a teoria econômica clássica entrou em descrédito, um grupo de intelectuais passou a ser reunir em Viena para promover críticas ao avanço da regulação do estado na economia. Dentre essas pessoas estavam alguns nomes que, mais tarde, ficariam conhecidos,

---

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia PUC-RJ. E-mail: eduardomigowski@hotmail.com.

como: Friedrich Von Hayek, Milton Friedman, Ludwig Von Mises e, inclusive, por algum tempo, o filósofo Karl Popper. Por muito tempo, porém, esse grupo não foi levado a sério.

Nos anos 1970, após todas as transformações sociais do pós-guerra, a crítica à disciplina, ao estado, o desejo de igualdade, tornaram o cenário político mais complexo. Todos os movimentos dos anos 1960 pediam mais liberdade; viam a sociedade, o governo, a moral, como repressores. Ora, mais liberdade era justamente o que os neoliberais pediam desde os anos 1930. As insatisfações sociais, pelo menos no discurso, iam ao encontro do que eles tinham a oferecer. Incorporar essas demandas ao discurso político não seria muito complexo para uma doutrina que dizia, há pelos menos 40 anos, que Keynesiano, que estava sendo questionado pelos movimentos sociais, era “o caminho para a servidão” (Hayek, 2006).

Dois motivos principais explicam a ascensão do neoliberalismo. O primeiro, de natureza política, está relacionado à formação dos EUA como nação. O conceito de liberdade tem um grande apelo ideológico, sobretudo nos EUA, onde o liberalismo aparece, ainda no século XVIII, como princípio fundador do Estado. Foi o desejo de liberdade que uniu os estados americanos na luta contra o colonialismo inglês e, principalmente, foi o discurso liberal que construiu uma identidade comum e os manteve unidos após a independência. O apelo à liberdade individual, portanto, está ligado à formação política, simbólica e ética, do estado e do povo americano. Por este motivo, o modelo liberal é muito mais que um sistema econômico; é toda uma maneira de pensar politicamente e de se formar culturalmente enquanto nação (Foucault 2008). Isso explica os motivos pelos quais o discurso da Escola de Chicago logrou tanto apelo, sobretudo em momentos de crise. Os neoliberais não inventaram o desejo por mais liberdade. Essas ideias sempre estiveram presentes em toda a história dos EUA, como ideal universal, mesmo que de modo abstrato. Porém, como todo valor, para ser posta em prática, para se transformar numa política de estado, ele precisa ser interpretado. Os neoliberais definiram o que seria a liberdade, a sua maneira, mostrando os motivos pelos quais o estado de bem estar social seria *o caminho para servidão*, e colocaram-se como defensores do desejo de mudança dos movimentos políticos.

O segundo, de natureza econômica, está relacionado às mudanças que o capitalismo estava sofrendo. A sociedade do consumo e da produção em massa estava claramente em crise. Com as transformações do pós-guerra, os homens não queriam apenas comer, vestir-se e trabalhar. A sociedade estava mais complexa; não era mais dividida somente pelo gênero ou pela cor da pele; agora existiam crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos; comunistas,

hippies, punks, homossexuais, ambientalistas, pacifistas etc. Todos esses subgrupos só tinham em comum o desejo de se diferenciarem dos demais. A produção em massa – a “velha lógica do Ford T preto” – tornara-se anacrônica. O valor da mercadoria cada vez menos estava no seu valor de uso. Doravante, a riqueza torna-se simbólica, imaterial. Foi o avanço tecnológico, com a sofisticação da tecnologia da informação e da logística, que permitiu esta diversificação da produção. E, mais uma vez, o discurso neoliberal parecia mais adaptável ao novo contexto produtivo. Principalmente, com seus estudos sobre o “capital humano” e a “sociedade empresarial”, que serão discutidos abaixo.

Segundo Foucault (2008), a principal novidade da Escola de Chicago, foram suas análises de um elemento que esteve à margem das teorias econômicas clássicas, isto é, o trabalho. A teoria clássica havia estudado dois dos principais fatores de produção: o “capital e a terra”. Porém, demonstrou pouca preocupação em relação ao trabalho. No século XX, esta lacuna tornara-se o grande centro das discussões e das críticas ao capitalismo. Com a sofisticação da produção, o trabalho fabril, repetitivo, cronometrado, não respondia mais às demandas de consumo. Era preciso investir na formação da população para que, ao ingressar no mercado, o sujeito esteja apto a criar, a inovar, e não somente a repetir os mesmos gestos. Nasce a teoria do capital humano.

Como mostrou Foucault (2008), através dos textos de Gary Becker, criador do conceito de capital humano, a noção de educação é vista num sentido bem mais amplo do que a simples formação escolar; a educação, na qual se refere Becker, está relacionado às horas que a criança passa junto à mãe, à quantidade de afeto que ela recebe. Tudo isso passa a entrar no cálculo econômico como uma das prioridades para o desenvolvimento do mercado. O governo da população deixa de ser voltado para o crescimento quantitativo e concentra-se na formação qualitativa desta população.

A segunda inovação da Escola de Chicago é a noção de “sociedade-empresarial”. A chamada “Teoria da Firma”, bastante conhecida de qualquer estudante de economia, foi redimensionada. A microeconomia tornou-se mais micro do que nunca. O que a Escola de Chicago propõe é uma radicalização da *Gesellschaftsoilitik* do ordoliberalismo alemão. Doravante, a vida, as atitudes, as escolhas, a educação, o lazer, o casamento, o ócio, o consumo, entre outros, devem entrar no cálculo econômico. A vida deve ser gerida como uma empresa no livre mercado.

O pensamento neoliberal inverte a forma como o trabalhador é visto e pensado. A teoria tradicional via o trabalhador como objeto, ou seja, como um elemento neutro; com essa nova racionalidade, o trabalho passa a se organizar do ponto de vista do trabalhador. O trabalhador é uma firma, ele é o “patrão de si mesmo” e, com tal, deve agir de modo a maximizar seu bem estar e desenvolver suas habilidades. A sociedade é pensada como uma relação de microcosmos (ou seja, o indivíduo) que se relaciona um uns com os outros em busca do seu bem estar.

Desse modo, a renda do trabalhador deixa de ser o produto do seu trabalho, para se tornar tudo aquilo que ele consegue adquirir ao longo da sua vida, e que pode ser revertido para o mercado. Ora, o salário é uma remuneração por uma determinada função exercida, mas que é medido pelo conjunto de habilidades físicas e psíquicas que um empregado adquire ao longo da sua existência, que o possibilita a exercer determinada função e a ganhar um determinado salário. Portanto, a renda do trabalhador não é somente o salário que ele ganha, mas diz respeito à sua capacidade de investimento em si mesmo, para que possa exercer determinadas funções futuras.

O antigo “espírito do capitalismo” weberiano, que via o lucro de uma empresa como capital no qual se podia gerar mais renda, agora é introduzido também no assalariado. O investimento, pois, é no próprio sujeito, seu valor deixa de ser somente a sua posição, a sua função, para ser medido pelo seu potencial, pela sua capacidade futura de exercer determinadas funções. Esta é, com efeito, a importância do trabalhador neste novo “espírito do capitalismo”, pois sua renda, seu capital, não podem ser dissociados dele; o próprio indivíduo – que investe em si mesmo – é a renda, é ele o responsável, através do trabalho, pelo fluxo de capital. Foucault salienta que o trabalhador torna-se uma máquina, não uma máquina da forma como foi definida pelo marxismo, ou seja, no sentido de alienação, mas num sentido mais positivo; ele é uma máquina na medida em que o trabalho não pode ser separado de quem trabalha – de quem produz. Mais do que renda, o trabalho produzirá fluxos de renda.

O indivíduo, contudo, só pode ser uma “máquina” na medida em que seja respeitada sua “humanidade”. Ou seja, ele é uma máquina que tem um prazo de validade, ademais, ele é uma máquina que se encontra num processo constante de aperfeiçoamento. Desta forma, a renda deve ser planejada de modo a respeitar esse processo. Por outro lado, o mercado de trabalho, para absorver essas pessoas, precisa estar preparado para este “fluxo biológico”. Ao ser introduzido no mercado, portanto, o sujeito deve ter uma renda, uma renda baixa que condiga

com sua condição de iniciante, mas que pode ir crescendo na medida de seus investimentos em capacitação técnica. Com o tempo a remuneração deve aumentar, para depois, com a sua obsolescência, ir diminuindo novamente. (FOUCAULT, 2008). A economia, portanto, não é formada somente por indivíduos que trabalham, mas por “indivíduos-empresas”, por “unidades econômicas” que produzem não só renda, mas criam fluxos de renda, ou melhor, produzem a si mesmos para poderem produzir mais e melhor no futuro.

O indivíduo é promotor de si, sendo também responsável direto pelo seu sucesso e fracasso. O filósofo André Duarte mostra, como exemplo dessa racionalidade, o sucesso de programas televisivos como o Big Brother: “[...] prevalece aí a exigência de se autoconstruir de maneira a satisfazer as demandas simbólicas da sociedade empresarial de concorrência.” (DUARTE, 2009, pág. 46). Deleuze, escrevendo muito antes da invenção destes programas, também percebeu algo análogo: “Se os jogos de televisão mais idiotas têm tanto sucesso é porque exprimem adequadamente a situação da empresa” (DELEUZE, pág. 225, 1992). O *reality show* constrói a imagem de uma sociedade competitiva, na qual o sujeito deve chegar ao final utilizando-se apenas das atitudes e alianças (sempre instáveis, pois qualquer aliado é também um concorrente direto, portanto, um adversário em potencial). O próprio nome destes programas é bem sugestivo, pois, ao denominar esse formato televisivo de “show da realidade”, os produtores estão a indicar, de modo direto, o tipo de realidade que está sendo proposto.

Outro exemplo da atomização do sujeito-empresa, numa sociedade cada vez mais competitiva, é a explosão editorial de livros que prometem “os dez passos” para que o sucesso seja alcançado do modo mais rápido e prático possível. Ora, o mercado de livros que prometem o caminho para a felicidade, o sucesso e a serenidade, cresce, em grande parte, em função desta ética empresarial. Ética na qual, como uma empresa no livre mercado – ou como no exemplo do *Big Brother* – a ajuda torna-se complicado, pois tudo são concorrentes em potencial. Dentro desta nova mentalidade, portanto, ajuda deve ser encarada como “auto-ajuda” (o sujeito que auxilia a si mesmo para seu próprio desenvolvimento interior) a ser encontrada nas livrarias (ou seja, dentro do próprio mercado). Enfim, o exemplo do mercado editorial é elucidativo da ética empresarial, pois ele compreende o indivíduo que busca seu crescimento cognitivo com vistas a se inserir num mercado competitivo, utilizando somente os estímulos e as respostas dadas dentro do próprio mercado.

O “vigilante”, mecanismo de controle estudado por Foucault no livro “Vigiar e Punir”, também sofre uma sofisticação. Com a ligação do sujeito com o “modelo existencial” dos neoliberais, todos tornam-se vigilantes uns dos outros. Os parentes, os amigos, os vizinhos etc. Ainda mais, o próprio sujeito trona-se vigilante de si mesmo e de suas atitudes. Mesmo ao ingressar em um emprego que considera inadequado, mal remunerado, com elevada carga horária, há uma cobrança e um pensamento subjetivo, que entende esta forma de trabalho como uma etapa de um desenvolvimento que se realizará ao longo do tempo. A flexibilização das leis trabalhistas e a terceirização do trabalho, proposta pelos neoliberais, cortou o vínculo do empregado com a empresa e criou outro vínculo, a saber, do trabalhador com o futuro que, espera-se, seja alcançado. De fato, o resultado da produção não pertence a quem produz, como pensava Marx, mas nesse aspecto que há uma inovação dos neoliberais frente à teoria marxista. Ora, dentro de uma economia, no qual o valor é imaterial e a formação do trabalhador é contínua, resta a esperança de uma remuneração futura, a ser conquistada pelo aprendizado psíquico e cognitivo, que só poderia ser alcançado através da privação e do esforço individual. Por esse motivo, não há a sensação de alienação do trabalho, como previa Marx.

O modelo disciplinar, fordista, de produção em massa, possibilitava maior resistência aos mecanismos de controle. Na sociedade-empresa isso se tornou muito mais complexo, pois o intelecto é exigido o tempo todo. O sujeito precisa “criar”, “inovar”, “planejar”, “estudar”, “aperfeiçoar” etc. Com a atomização da sociedade, com a criação de unidades-empresas, e com o desejo subjetivo pelos instrumentos de poder, os espaços para a ação política ficam cada vez mais restritos. Se é possível dizer, como quer Deleuze (2010), que a sociedade disciplinar entrou em crise no final do século XX, é preciso considerar que, nessa nova tecnologia de poder, a disciplina nunca foi tão eficiente.

O capital humano torna-se fulcral para o desenvolvimento econômico devido à necessidade permanente do capitalismo de expandir-se. Baseado historicamente no binômio terra e capital, o modelo liberal – para não entrar em declínio, como já havia previsto Marx – necessitava estar em permanente expansão material, fato que resultou, por exemplo, no imperialismo do final do século XIX. Na segunda metade do século XX, o pensamento econômico, ao voltar-se para o trabalhador e não mais para o trabalho em si, permitiu que o mercado se voltasse para si mesmo para que pudesse se expandir. Schumpeter já havia mostrado a importância da inovação para o crescimento da economia e sua capacidade de criar novos mercados internamente. Porém, mesmo partindo de uma ideia parecida, há também uma

diferenciação entre o economista austríaco e os neoliberais da Escola de Chicago. As inovações, que o primeiro estudou, são grandes inovações; a máquina a vapor, por exemplo, abriu vários mercados que não existiam antes dela. Ora, os neoliberais americanos argumentam, com razão, que inovações desse tipo não aparecem todos os dias. Assim, para uma economia cada vez mais dinâmica, é preciso um processo contínuo de inovações. É necessário que as empresas passem a ter na inovação constante um dos seus principais objetivos. Como consequência, a palavra “inovação” deixa de caracterizar grandes transformações para referir-se a pequenos aperfeiçoamentos. Desta forma, novos mercados são abertos a todo o momento, revertendo as baixas tendências nos lucros. No lado da demanda, cria-se no sujeito um desejo quase que obsessivo pela novidade e pelo consumo diário.

O processo regular de inovação, os estímulos dos desejos através do *Marketing*, da moda e da construção de formas alternativas de comportamento, permite também que novos mercados sejam abertos de modo vertical. A própria ideia de mercado-consumidor torna-se incompleta, pois o que se observa é o aparecimento de inúmeros nichos de consumo, que estimulam comportamentos e criam novas formas de existência. Isso ajuda a explicar o caráter político e econômico de toda uma retórica baseada na diversidade, no respeito e na liberdade.

Intensifica-se, então, o processo de diferenciação de grupos, de pessoas, de classes, de gênero, entre outras, todas cada vez mais sutis. Em todos os casos, o novo conceito de “inovação” aparece como elemento articulador entre o capital investido e a conquista de novos mercados. É a inovação, associada ao *marketing*, que permitirá que novos mercados sejam criados, que novos desejos e necessidades apareçam.

Portanto, o capitalismo que outrora estava inserido numa lógica de conquista, de dominação, doravante, ganhará um caráter mais sedutor, mais móvel, voltado menos para a dominação que para a conquista, tendo na ideia de criação seu elemento de expansão.

### **O *Ethos* do Neoliberalismo.**

Uma das maiores contribuições de Foucault para o entendimento das políticas neoliberais na sociedade contemporânea, como mostra Alfredo Veiga Neto, foi ter estudado o discurso neoliberal não como uma ideologia de classe, mas como um *ethos* filosófico. Ou seja, ao estudar os saberes, os mecanismos de sedução e subjetivação, o filósofo percebeu o neoliberalismo não como um discurso de uma classe para justificar a dominação capitalista sobre outra, mas como elemento constitutivo do sujeito. “(...) ao invés de compreender o

liberalismo e o neoliberalismo como ideologias de sustentação e justificação do capitalismo e do capitalismo avançado (respectivamente), é mais produtivo compreendê-los como modo de vida, como *ethos*, como maneira de estar no mundo”. (VEIGA-NETO, pág. 38, 2011)

Pois bem, como funciona a ética e os mecanismos de poder na sociedade formada por “indivíduos-empresas”? Veiga Neto faz uma distinção interessante entre o liberalismo e o neoliberalismo e mostra a importância do *ethos* empresarial na formação do sujeito. No liberalismo, a liberdade era vista como a imposição de certas garantias individuais que permitiriam ao sujeito agir livremente enquanto agente econômico. No neoliberalismo americano, a liberdade não se resume às garantias individuais, mas ele deve ser produzida incessantemente através do estímulo à concorrência.

O sujeito, imbuído pela inteligibilidade neoliberal, entra em um processo no qual a liberdade é um elemento a ser produzido e consumido o tempo todo. Fazendo referência ao sociólogo polonês Zygmunt Bauman, Veiga-Neto mostra que houve uma mudança de ênfase no entendimento do funcionamento do capitalismo. Saímos de uma sociedade organizada a partir de produção (de modelo disciplinar) e entramos em uma sociedade de consumidores. É óbvio que produção e consumo estão intrinsecamente ligados. Porém, com o avanço tecnológico (que possibilitou a saída de grande parte dos trabalhadores das fábricas), com o fim dos mecanismos de controle organizados principalmente em lugares fechados, e com valor cognitivo da mercadoria; a disputa entre empresas não consiste mais em produzir o máximo de mercadorias possível, mas em conquistar mais consumidores através da sedução e da “sacralização” do ato de comprar.

A subjetivação, a construção do *ethos* liberal, são mecanismos extremamente eficientes ao exercício do poder. Como Foucault mostrou, por diversas vezes, o poder só é efetivo quando constrói saber, quando produz subjetividade. A relação entre sujeito e poder pode ser definida pelas palavras do próprio filósofo: “o fascismo que está em todos nós, que persegue nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar essa coisa que nos domina e explora”. (FOUCAULT, pág. 105, 2010). O poder torna-se eficiente quando é desejado, quando o próprio indivíduo prende-se aos seus mecanismos. Para isso, ele deve operar de duas maneiras: primeiro, como foi mostrado, na construção da subjetividade e, em segundo lugar, através de uma vigilância constante.

O estímulo à concorrência possibilitou a reconfiguração de certos valores morais que necessitam, cada vez mais, de uma profunda discussão ética. O racismo, por exemplo, mesmo



diante de um discurso mais inclusivo, foi, em muitos casos, reforçado. Em primeiro lugar, porque a emergência do controle como mecanismos de poder, trouxe uma sensação de liberdade e inclusão que reacendeu velhos pensamentos conservadores que possuem forte correlação com o *racismo clássico*. Em segundo lugar, porque o *ethos* concorrencial entende os indivíduos como livres e iguais para competir, porém na prática essa igualdade mostra-se mais complicada.

A intensificação da competitividade deixa o preconceito e a discriminação mais evidente. Em uma sociedade em que a competitividade é a regra, a cor da pele, a sexualidade e o gênero, também são levados em consideração em uma competição entre “iguais”. De um lado, fortalece a ação de grupos que defendem as minorias; mas, de outro, cria uma situação diferente da luta histórica contra a discriminação. Diante de um discurso inclusivo e da inexistência de prática legais discriminatórias, as reivindicações destes grupos são, em muitos casos, entendidas como tentativas de conquistar certas vantagens legais, em uma sociedade em que a liberdade deve ser produzida pelo estímulo a competição entre pessoas que, teoricamente, teriam condições igualitárias. Este paradoxo cria uma situação peculiar na qual a ação política é fortalecida, mas fica cada vez mais difícil identificar os motivos destas novas demandas. A discriminação é intensificada ao mesmo tempo em que se torna difusa.

O preconceito racial sofreu um deslocamento em relação ao racismo clássico. Emerge, nesse contexto, o que poderíamos chamar *racismo ético*. Sendo o *homo oeconomicus* o empreendedor de si, o responsável pelo seu crescimento constante, o que deve acontecer com aqueles que não estão imbuídos deste espírito? Neste caso, certamente, suas relações serão prioritariamente voltadas para aqueles que possam contribuir com o que ele acredita ser seu crescimento cognitivo. Michael Hardt também percebeu essa nova prática de exclusão. No seu texto sobre a sociedade de controle, o filósofo afirmou que o racismo não é mais embasado em uma diferenciação “científico-racial”; atualmente quase ninguém acredita mais numa hierarquia biológica entre raças; porém, o novo racismo acontece dentro de um discurso que evoca as diferenças culturais.

O corte, característico do racismo, não é mais justificado a partir de uma qualidade inata – biológica – mas dentro de uma tradição cultural, na qual o sujeito é herdeiro, e que o impossibilita de se enquadrar em uma lógica que lhe é estranha. A cultura deixa de ser um elemento móvel, transformável, para torna-se a essência de determinados grupos. Devemos observar que a racionalidade não é muito diferente do *racismo clássico*, pois ambos estão numa

lógica na qual já se conhece de, a priori, a “essência” do sujeito, seu “comportamento natural”, seja por meio de uma justificativa “evolucionista” ou “culturalista”.

Por outro lado, o preconceito biológico não desapareceu, mas também sofreu reformulação. Com o avanço da genética, da medicina molecular, e a possibilidade de se construir um “mapa genético”, de modo a poder prever os males que um recém-nascido pode ser acometido ao longo da vida, surgiram novas preocupações éticas e novas possibilidades de se separar e hierarquizar os homens. Se não existe mais uma “raça pura” e uma “raça inferior”, que possa se tornar um perigo à espécie, em um futuro próximo não seria um exagero imaginar que pessoas corram o risco de sofrer sanções ao ser detectado que seu código genético pode vir a lhe trazer problemas. Se a lógica do *homo oeconomicus* é uma lógica de empresa, como seria feito um casamento (visto dentro da racionalidade econômica como um contrato, como um investimento) entre pessoas que possam transmitir determinadas imperfeições para seus descendentes (melhor, ao seu “capital humano”) ? Ademais, não seria nenhum absurdo imaginar que a genética, ou um mapa genético puro (em substituição à raça), torne-se um instrumento de identificação pessoal e, conseqüentemente, de exclusão.

Vivemos num mundo móvel, no qual padrões de beleza são criados e modificados constantemente, e é praticamente impossível saber como essas novas tecnologias vão se adaptar a estes padrões culturais. Outro problema é o da diversidade. Se a beleza segue um padrão, uma lógica, como seria viver num mundo em que boa parte dos cidadãos pudessem escolher determinadas características biológicas de seus filhos? O que pensaria, sobre sua aparência (escolhida em um catálogo), uma criança modificada geneticamente ao completar vinte anos de idade?

### **Capítulo 3 - O Controle como nova tecnologia do poder**

Na sociedade contemporânea estaríamos entrando na “sociedade de controle” (DELEUZE, 1992). Partindo das reflexões do filósofo francês - e acrescentando outras noções de Antonio Negri - serão discutidas quatro práticas de controle que se estruturaram, grosso modo, a partir dos anos 1990.

A primeira é o endividamento. “O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (DELEUZE, pág. 228, 1992). A governamentalidade neoliberal, voltou-se contra como os fundamentos do estado Keynesiano. Assim, foram feitas modificações que destinaram à iniciativa privada alguns serviços e certas garantias trabalhistas que, no modelo

anterior, seriam obrigações do governo. Serviços fundamentais, como: educação, saúde e previdência, foram privatizadas. O seguro desemprego e boa parte dos direitos trabalhistas também deveriam ser abolidos. Na prática, essas reformas criaram um endividamento a ser pago durante toda a vida.

Em primeiro lugar, indivíduo deve juntar dinheiro para estudar e cursar uma faculdade. Após essa etapa, ao ingressar no mercado de trabalho, precisa pagar uma previdência privada e um plano de saúde. Caso tenha filhos, o endividamento torna-se ainda maior, pois ele é o responsável pelo desenvolvimento deste “capital humano” que gerou. Esse sistema cria um modelo de endividamento no qual as despesas tendem a crescer com o tempo. Ou seja, assim como na sociedade disciplinar as instituições acompanhavam o sujeito nas diferentes fases da vida até a morte, nesta nova tecnologia política, é o endividamento seu maior companheiro.

Politicamente, o endividamento é também um mecanismo eficaz de controle. O homem endividado tem, diante de si, um horizonte restrito. Suas ações devem ser orientadas de acordo com suas dívidas; desta forma, ele torna-se mais maleável em aceitar um emprego; adere mais facilmente às regras da empresa; aceita salários mais baixos do que acredita ser merecedor; evita envolvimento com sindicatos; trabalha em horas extras, etc. O endividamento também leva o sujeito a aderir ao *ethos concorrencial*, pois, para manter-se no mercado de trabalho, ele precisa entrar no processo de disputa que o permita crescer profissionalmente e, com isso, lograr maiores salários para pagar seus débitos. O problema é que, em muitos casos, em uma sociedade de consumo, que consumir é “pertencer a novos mundos”, é “exercer a liberdade”, as dívidas também crescem na mesma proporção do salário.

Ora, o auge das habilidades cognitivas o “trabalhador/máquina” é atingido aproximadamente na metade da sua vida. É neste momento, portanto, que ele alcança sua maior remuneração, porém sua obsolescência é certa. Desta forma, ele tem diante de si dois compromissos: primeiro, com a construção de um capital humano, que são seus filhos; segundo, com seu próprio envelhecimento. O crescimento cognitivo, portanto, acontece por meio do endividamento, ou seja, do parcelando de diversas atividades que irão formar o capital humano.

A obsolescência, que já é esperada, e vai provocar o declínio das habilidades, deve ter seus efeitos negativos amenizados através do pagamento de outras parcelas (dívidas) que irão garantir uma renda futura. Em outras palavras, ao chegar ao máximo da sua capacidade produtiva, o trabalhador deve reservar boa parte da sua renda como pagamento de períodos

pretéritos e futuros. Enfim, durante todo o processo produtivo do “trabalhador/máquina”, a dívida aparece como um mecanismo necessário para proteger o indivíduo, que deve agir como uma máquina, sem, contudo, esquecer que está dentro de um ciclo biológico inexorável.

O segundo mecanismo de controle é a formação intelectual. “O princípio modulador do “salário por mérito” tenta a própria Educação nacional: com efeito, assim como a empresa substitui a fábrica, a formação permanente tende a substituir a escola, e o controle contínuo substitui o exame. Esse é o meio de entregar a escola à empresa”. (DELEUZE, pág. 225, 1992).

No mundo do “capital cognitivo” e do “capital humano”, a educação tornou-se elementar, estratégica. Porém, o modelo escolar, disciplinar, não escapou às transformações dos mecanismos de poder. Mesmo ainda sendo cedo para decretar o fim do velho modelo educacional, pode-se afirmar que a lógica e a função da educação vem se transformando rapidamente. Assim como o trabalho, a formação é contínua. Em verdade, não há mais a separação entre a educação, como preparação para uma atividade profissional, e o exercício prático daquilo que foi ensinado. Dentro da sociedade de controle, em que os indivíduos devem atuar e pensar como empresa, assim como nas firmas, estes também devem se aperfeiçoar o tempo todo. “(...) nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal (DELEUZE, pág. 227, 1992).”

Na sociedade de controle, as três instâncias clássicas que marcavam a vida do indivíduo (trabalho, lazer, descanso) se sobrepõem umas às outras de modo permanente. Em uma realidade conectada em rede, o trabalho não é mais restrito ao expediente de serviço. O trabalhador deve estar a disposição para atender ao telefone, ler e responder a e-mails, em qualquer lugar e a qualquer momento, sempre que solicitado. O trabalho pode ser realizado em qualquer lugar. Todos estão disponíveis 24 horas por dia.

Os “indivíduos/empresas” precisam se diferenciar uns dos outros permanentemente. É, nesta lógica, que deve ser pensada a noção de formação continuada. Com a exacerbação do *ethos* neoliberal, sempre incentivando a competição, a formação é um importante meio de comparação entre os sujeitos, sempre em busca de novas habilidades que, pelo menos no papel, os permitam ganhar maior destaque.

Em terceiro lugar, há também um importante deslocamento da gestão biológica e do prolongamento da existência. Nesse ponto, a racionalidade é a mesma, a saber, a maximização das forças e o prolongamento da vida. Mas a atuação, a estratégia, modificou-se profundamente.

A velha medicina social, especializada no controle de epidemias, não desapareceu, mas foi reforçada pela “medicina preventiva”. “A medicina sem médico e sem paciente”. O avanço científico não permitiu apenas a cura de determinadas doenças, mas também identificou as causas que levam a estas mazelas.

Doravante, a maximização da existência não depende apenas de uma política sobre o corpo, mas, sobretudo, da ação do sujeito e do reflexo destas sobre a sua saúde. Saúde passar a estar relacionada a um comportamento. O que se percebe, então, não é apenas o controle das pandemias, das epidemias, mas uma política voltada para um estilo de vida que leva a uma maximização das forças e da existência individual. Os surtos epidêmicos, as políticas de higienização, foram substituídas pelo conceito de grupos de risco. Obesos, fumantes, usuários de drogas, sedentários, são categorias que identificam tipos de comportamento.

A autogestão da vida, portanto, torna-se muito mais eficaz como mecanismo de controle. Para evitar uma possível moléstia futura, para evitar riscos hereditários, o sujeito deve regrar sua vida, seus atos, suas escolhas, de modo a minimizar os efeitos deletérios do envelhecimento. Em uma era no qual o futuro deve ser previsto incessantemente através de variáveis estáveis, cria-se um cenário no qual estas práticas são incentivadas incessantemente, das mais diversas formas; em nome do bem estar individual, e em nome de uma redução de gastos de tratamento com a saúde. Enfim, a prevenção é o modelo a ser seguido. O famoso ditado popular, “é melhor prevenir do que remediar”, nunca foi tão atual.

Para terminar, o quarto mecanismo de controle: a fragmentação e a massificação da informação, principalmente com o advento da internet. Neste caso, há uma relativização da importância da informação em função de uma maior agilidade e de uma maior objetividade.

No momento em que a notícia torna-se virtual, tanto o tempo quanto o espaço perdem sua importância. Deste modo, ocorre uma fragmentação da própria informação, que não está mais vinculada ao espaço geográfico. As notícias são atualizadas constantemente, com informações vindas dos lugares mais remotos, todas isoladas e com uma explicação curta e objetiva. Não há relação entre os fatos, que se repetem de modo constante, como se o noticiário fosse escrito num tempo estático, em que o mais importante são os dados a serem transmitidos.

O indivíduo, deste modo, perde a noção de processo, de transformação. Um fato é apenas um fato isolado e nada mais. Um banco que fecha em Londres é apenas mais uma empresa a entrar em processo de falência; uma manifestação de estudante no Chile é apenas mais uma manifestação de pessoas descontentes; etc. A informação, munida de uma rápida

explicação, possui uma fim em si mesma, não há correlação com o passado e nem com o futuro - não há espaço para uma reflexão ou para o debate - a notícia precisa ser direta, objetiva e explicativa. “O banco faliu porque estava endividado”; “os estudantes estavam a se manifestar contra a falta de investimentos do governo na educação”, assim por diante. As mesmas notícias, que aparecem de modo inesperado, somem em instantes para dar espaço a outras.

Deste modo, cria-se um desejo pelo novo, pela novidade, pela atualização, e pouco espaço sobra para a reflexão. A mente deve ser preenchida de modo contínuo por fragmentos editados da realidade, que aparecem e somem a todo o momento, dando a falsa sensação de controle sobre todos os acontecimentos relevantes ao redor do mundo. Surge a “geração do f5”.

Com o avanço da tecnologia a vigilância tornou-se muito mais presente e, ao mesmo tempo, difusa. O indivíduo é vigiado de diferentes formas, seja por meio de uma câmera eletrônica ou por meio de um radar de trânsito. As exigências modernas obrigam a utilização de aparelhos eletrônicos e, desta forma, o usuário pode ser identificado e rastreado em qualquer lugar. Investigações policiais, como as realizadas no passado, à moda de *Sherlock Holmes* eternizado nos cinemas, existem apenas no imaginário social. Na atualidade, o detetive está mais próximo de um operador de computador, que do modelo romântico do homem que segue as pistas de um crime guiado pela intuição. Cria-se, então, um paradoxo em relação à criminalidade. Ao mesmo tempo em que a tecnologia torna o crime global, permitindo uma sofisticação e uma ampliação da atividade ilegal, graças às novas tecnologias, esses mesmos aparelhos também possibilitam o rastreamento e conseqüentemente a prisão de criminosos. A questão torna-se ainda mais complexa se considerarmos que a utilização de métodos antigos de comunicação, em um mundo dependente das tecnologias eletrônicas, também é um fator capaz de levantar suspeita. Por outro lado, a tecnologia também prejudica o dispositivo de segurança. Estes instrumentos permitem um comando em rede, difuso e fluído, por parte dos criminosos. Ou seja, graças a comunicação em rede, esses grupos podem se organizar em células, em várias partes do mundo.

O já citado exemplo do programa televisivo *Big Brother* nos leva a pensar outros aspectos da subjetivação neoliberal e da vigilância no século XXI. O filósofo Guy Debord, no seu livro clássico, afirmou que as sociedades da segunda metade do século XX seriam as sociedades do espetáculo (2003). Foucault não chegou a discutir essa teoria a fundo, disse apenas que a modernidade não seria caracterizada pelo espetáculo e sim pela vigilância. Viveríamos então na sociedade da vigilância. De fato, se olharmos para a segunda metade do século XX, o que parece

ser a particularidade desta época é a vigilância, cada vez maior com o avanço tecnológico. O espetáculo, porém, é algo muito antigo, aparece em vários momentos da história, seja numa arena de gladiadores ou num suplício moderno. Portanto, faz muito mais sentido caracterizar as sociedades modernas como sociedade de vigilância do que sociedade do espetáculo.

Contudo, no final do século XX e, principalmente, neste começo do século XXI, iniciou-se um fenômeno novo que Foucault e Guy Debord não presenciaram e, por ironia, uniu vigilância e espetáculo de modo inimaginável para nenhum dos dois pensadores. No novo milênio, e cada vez mais, a vigilância tem se tornado um espetáculo, a ponto de podemos afirmar que esta é uma das características mais marcantes deste início de século. O *Big Brother* talvez seja a melhor imagem desse processo – pessoas que se tornam celebridades no momento em que são observadas – mas de modo algum é o único. Na internet, por meio das chamadas “redes-sociais”, são exibidas fotos do cotidiano do indivíduo, acompanhada de uma explicação sobre sua vida; mensagens instantâneas, muitas vezes em tempo real, entre outras novidades. O fascínio em consumir revistas especializadas em mostrar o cotidiano de celebridades e, em igual medida, a exibição da vida por a estas mesmas revistas. Muitos dos que reclamam a invasão dos *paparazzi* (a própria criação de um nome novo para esta prática mostra sua importância) abrem as portas da casa para estas mesmas revistas divulgarem seu cotidiano.

Não é possível afirmar, todavia, que estejamos vivendo numa sociedade da “vigilância-espetáculo”. A velha lógica da vigilância, de ver sem ser visto, de um olhar que está presente sem necessariamente ser percebido, da autodisciplina causada pela sensação de estar sendo vigiado; longe de desaparecer vem sendo cada vez mais reforçada. Porém, este novo modelo de vigilância, como espetáculo, vem crescendo e, longe de substituir o antigo, acaba por reforçá-lo na medida em que o envolve e o torna mais natural.

Não deixa de ser curioso pensar que um poder imaginado para agir sobre o sujeito, de modo prendê-lo a um dispositivo “por fora”, tornou-se um dos maiores desejos do novo milênio. Ser vigiado, em muitos casos, deixa de ser uma coação para se tornar uma forma de diferenciação social. Esta prática possui uma dupla função normativa. Em primeiro lugar, amplia a vigilância e, neste sentido, atua de forma parecida com o antigo projeto do panóptico (FOUCAULT, 2008); mas, por outro, quando a vigilância vira um espetáculo, passa selecionar determinados indivíduos que terão uma “vigilância privilegiada”. Deste modo, ao serem vigiados, estes sujeitos, e o mercado sabe aproveitar perfeitamente esta característica, criam modelos de comportamento, de consumo, ou seja, “novos mundos possíveis”. Criando não só

uma norma pelo olhar, mas também um processo de subjetivação. Os mecanismos de poder e de mercado, por seu turno, percebem este processo e ligam-se a estas práticas ampliando-as e modificando-as. Ou seja, elas são constantemente retroalimentadas, criando constantemente novos padrões de existência e de uso da liberdade.

### **Considerações Finais: O problema da liberdade na Sociedade de Controle**

A conquista da liberdade foi um dos maiores desejos da modernidade. O texto de Kant, sobre o esclarecimento, sem dúvida é um dos documentos mais instigantes sobre o desejo moderno que pensar e agir de modo individual e livre. Para o filósofo alemão, as luzes seria um processo contínuo no qual o homem – ou a humanidade o texto é ambíguo neste aspecto – deixaria de ter tutores para pensar por si mesmo através do uso da sua própria razão (*Sapere aude*). A liberdade, definida por Kant, pode ser interpretada como uma atitude individual, na qual o sujeito sai da *menoridade* da qual ele mesmo é o culpado. Politicamente, no entanto, a liberdade foi interpretada de outra maneira. Liberdade, segundo os movimentos políticos revolucionários, seria uma ação coletiva com vistas a transformar uma ordem política e econômica que se acreditava opressora. Neste caso, portanto, “ser livre” não é mais vista como processo, mas como ruptura; também não pode ser entendida como uma transformação individual, mas coletiva.

O liberalismo, filho da modernidade, foi uma das doutrinas que mais proclamou este ideal. Com o neoliberalismo não foi diferente, porém, como mostrado, com uma sutileza que o separa de todas essas “conquistas da liberdade” ao longo da história. A liberdade, dizem os neoliberais, é uma conquista coletiva e também individual. Ela é coletiva porque para ser exercida precisa de uma constituição que garanta os direitos individuais, que limite a ação do estado na vida dos indivíduos; mas é também individual, pois o sujeito também é responsável por sua liberdade, seus atos e comportamentos devem ser guiados de modo a buscá-la de modo incessante. Dentro do *ethos* neoliberal, portanto, liberdade é um conceito fundamental. Mas como o exercício desta liberdade pode ser percebido na prática e quais são os seus limites?

O ponto ideal da penalidade, da disciplina infinita, ainda não foi alcançado, mas certamente encontra-se mais perto do que nunca. De modo paradoxal, o indivíduo tem a sensação de ser mais livre do que seus antepassados, criando, deste modo, uma falsa visão de um tempo linear em que a liberdade vem sendo conquistada aos poucos ao longo da história. As paredes das instituições disciplinares, que prendiam o sujeito por fora, não mais existem, ou



reduziram-se de modo substancial, mas, por outro lado, o alcance do poder tornou-se maior e mais complexo. Se o panóptico de Bentham foi a representação da sociedade disciplinar, o livro 1984 de George Orwell é o modelo desta nova tecnologia de poder.

Houve dois deslocamentos na tecnologia do poder que, ao mesmo tempo, trouxeram a sensação de uma maior liberdade e a transformação num conceito cada vez mais problemático e difícil de ser analisado. A primeira, que prende o sujeito por fora, foi a vigilância em lugares abertos. O sujeito não precisa mais estar na fábrica para ser vigiado, as “zonas de sombra” estão cada vez mais reduzidas. O confinamento não é mais necessário. Não há mais uma distinção entre o “fora” e o “dentro”, pois, ao ser realizado em locais abertos, todos estão sujeitos a vigilância. “Em vez de um homem “livre demais” que precisa ser disciplinado, normalizado, tem-se então um homem “desde sempre agrilhado” que pode ser liberado para circulação. O mecanismo de controle se transforma e nos prende “por fora” do mundo (e hoje em dia ninguém quer ser *out*)” (CHEVITARESE; PEDRO, pág. 5, 2003).

A imagem da estrada, construída por Deleuze, não poderia ser mais esclarecedora desta nova sociedade. A antiga sociedade disciplinar caracterizava-se pela clausura: fábrica, escola, asilo, caserna e prisão. A sociedade normativa, ou sociedade de controle, caracteriza-se pela suposta “liberdade para trafegar”, porém a liberdade precisa respeitar certas normas: “o indivíduo pode se movimentar livremente desde que seja na estrada e que respeite a sinalização”. Ocorre que, numa sociedade pautada na “inovação”, na “novidade”, na “multiplicidade”, novas “estradas” estão, a todo o momento, sendo abertas, tornando-se praticamente imperceptíveis e tênues as fronteiras entre o controle e a “livre-iniciativa” do sujeito. Ou melhor, exercer a liberdade é, em grande medida, reforçar os mecanismos de poder.

Ao denunciar a existência de “estradas” onde misturam-se liberdade e controle, Deleuze denunciou uma tendência das sociedades atuais, porém estas estradas são múltiplas e estão sempre em transformação. O controle que, no século XIX, era exercido pelas instituições, através da disciplina, foi introduzido no próprio sujeito. Por exemplo, o corpo, outrora trabalhado nas instituições, foi substituído pela academia de *fitness*, que é procurada pelo próprio indivíduo em busca de uma maior longevidade para sua vida.

A transformação do *homo oeconomicus* – de sujeito do mercado de troca, para sujeito de si – talvez seja o exemplo mais bem acabado deste processo e, não por acaso, é o modelo mais disseminado pela sociedade.

O *homo oeconomicus* conhece a estrada, segue o fluxo correto, sabe que é sujeito de si, do seu trabalho, do seu futuro, sabe que deve construir a si mesmo, sabe que deve respeitar as normas, pratica exercício, se previne e, sobretudo, preza e defende sua liberdade. Ou seja, antes de qualquer coisa, suas atitudes são marcadas pela ambivalência. Ele é livre para agir segundo normas, segundo objetivos, segundo limites que ele conhece e sabe que não podem ser ultrapassados; essa é a lógica, essa é a norma, esse é o caminho.

Em suma, as formas de tráfegar mudam, são múltiplas, mas os objetivos têm de gravitar de forma imperativa ao redor desses valores que são centrais: aumentar suas habilidades técnicas e viver cada vez mais tempo. A biopolítica toma, neste caso, uma dimensão mais flexível, sem perder seu caráter imperativo de “fazer viver”, ganha também uma característica mais libertária, pois dá ao sujeito uma suposta liberdade de viver da forma como deseja. A biopolítica moderna está pautada também no “estilo de vida”, ou seja, de um imperativo autoritário, ganhou uma configuração sedutora, que prende o sujeito no momento em que lhe dá uma sensação de liberdade.

No final do século XX, alguns autores falaram no fim da modernidade e o início de outro período, denominado de pós-moderno. Há, contudo, certos problemas nessa definição. Atualmente, a liberdade, valor máximo a caracterizar a utopia da modernidade, nunca esteve tão presente enquanto ideal. Por outro lado, o homem ainda não saiu da sua menoridade denunciada por Kant. Mais de dois séculos após a onda revolucionária, que destronou reis e espalhou os valores modernos pelo mundo, em praticamente todos os discursos políticos, o desejo pela conquista desses mesmos ideais modernos aparece como um objetivo a ser alcançado num futuro indefinido. Há, porém, um deslocamento na articulação desse pensamento.

A novidade da proposta neoclássica, que a diferencia do liberalismo clássico, como mostrado, foi a noção da liberdade como elemento a ser produzido de forma incessante. O que se prega não é mais a conquista da liberdade, como sonhavam os franceses de 1789, mas sua busca, em analogia à felicidade da constituição Norte-Americana. Nessa racionalidade, a liberdade não é um bem coletivo, mas individual. Também não é algo a ser conquistado de modo permanente, mas uma busca que se realiza por meio da privação da própria liberdade de ação. É um produto que, como no mercado, é fabricado e consumido de modo cíclico. Enfim, é

um valor simbólico que precisa ser desconstruído se quisermos continuar sonhando em, um dia, sermos livres.

### Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *A Ética é Possível Num Mundo de Consumidores?* Editora: Zahar. Rio de Janeiro. 2011.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas v. I: Magia e Técnica, Arte e Política.* São Paulo: Editora Brasiliense. 2008.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, ÈVE. *O Novo Espírito do Capitalismo.* São Paulo: Martins Fontes. 2009.

CHEVITARESE, L.; PEDRO, R. A questão da liberdade na sociedade tecnológica: por uma alegoria de Kafka e Dick. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 27, 2003,1CD-ROM.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo.* E-book digitalizado por Coletivo Periferia e EBooks Brasil, 2003.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum: sobre a sociedade de controle.* In: Deleuze, G: Conversações. Editora 34: Rio de Janeiro. 2010.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos sistemas de pensamento.org.* Manuel Barros da Mottatrad. Elias Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2008 C.

\_\_\_\_\_. *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber.org.* Manuel Barros da Mottatrad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2006 C.

\_\_\_\_\_. *Ditos e Escritos: repensar a política.* Org. Manuel Barros da Mottatrad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2010.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder.* Organização técnica de Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal 2008.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Tradução Raquel Ramallete. 26. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica.* São Paulo: Martins Fonte, 2008b. (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. *Controle e Devir.* In: Deleuze, G: Conversações. Editora 34: Rio de Janeiro. 2010.

LANDES, David. *Prometeu Desacorrentado: Transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial de 1750 até os dias de hoje.* Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier. 2005.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações.* São Paulo: Editora Loyola. 2005.

HAYEK, Friedrich August Von. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 2006.

NETO, Alfredo-Veiga. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2007.

PASSOS, Izabel C. Friche. *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Col: Estudos Foucaultianos. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo; RAGO, Margareth (Orgs.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

\* \* \*

**Como citar:**

MIGOWSKI, Eduardo Seixas. O *ethos* neoliberal e a formação da sociedade de controle. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, Vol. 04, nº. 04. Ano 02. abr.-set. 2015. pp. 7-26. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos> >. ISSN 2179-7528.